

“A REPÚBLICA CANALHA”: OPOSIÇÃO E SITUAÇÃO NO INTERIOR MINEIRO DURANTE A REPÚBLICA VELHA (1898-1906)¹

Fábio Francisco de Almeida Castilho²

Resumo: neste artigo analisamos a condição da oposição em periódicos locais durante a República Velha. Observamos como um agrupamento político tradicional de Campanha, Sul de Minas, foi massacrado pela oligarquia silvianista na passagem do XIX para o XX. Esse processo político implicou diversas perdas para o município de Campanha, desde parcelas do seu território até sua importância política nas decisões estaduais. Salientamos como as disputas locais, estaduais e nacionais estavam interligadas no período.

Palavras-chave: República Velha; coronelismo; oposição.

Abstract: in this article we analyze the condition of the opposition in local newspapers during the Old Republic. We observed as a traditional political grouping of Campanha, southern Minas Gerais, was slain by silvianista oligarchy in the late nineteenth to the twentieth. This political process resulted in several losses for the city of Campanha, from portions of its territory to its political importance in state decisions. We emphasize how local, state and national disputes were interconnected in the period.

Keywords: Old Republic; *coronelismo*; opposition.

Introdução

Em 1898 chegou à Presidência do estado de Minas Gerais o político Silviano Brandão. Dono de considerável poder no interior do estado, Silviano chegara ao governo com a intenção de colocar fim às disputas internas que marcaram a primeira década republicana no interior e conferir a Minas Gerais maior participação no cenário nacional através de sua enorme bancada parlamentar. Para tanto promoveu uma série de alterações na política estadual sempre com o intento de favorecer aliados e suprimir a oposição.

Para atingir estes objetivos, uma das políticas mais marcantes do silvianismo em Minas Gerais foi a divisão e criação de novos municípios visando ao maior controle político e à multiplicação de suas bases. As alterações promovidas no território do estado tinham a finalidade de consolidar o controle político, não permitindo a nenhuma facção política, sediada em qualquer uma das sub-regiões mineiras, o direito à representação. Silviano Brandão descobrira uma arma poderosa

¹ A pesquisa contou com financiamento da FAPESP.

² Pós-doutorando – FEA/USP. Professor de História – IFAL.

para reorganizar as municipalidades segundo os interesses de sua política. Ele “retalhava distritos, desmembrava municípios ou criava novos, destruía redutos de oposição e atendia apelos de emancipação em troca do apoio local.” (RESENDE, 1982, p.191)

Nesse cenário, para reforçar as bases municipais de apoio no interior do estado, Silviano Brandão criou de uma só vez doze novos municípios³ em 16 de setembro de 1901. Destacamos que desses doze novos municípios, nove estavam localizados no Sul de Minas, sede do Presidente do Estado. A medida multiplicava o seu poder, aumentando o número de seus aliados, e, proporcionalmente, anulava a oposição.

Segundo Francisco de Assis Barbosa, Silviano Brandão, “senhor absoluto do Sul de Minas”, do seu reduto em Pouso Alegre “comandava os donatários de uma constelação de pequenos feudos: Ouro Fino, com Júlio Bueno Brandão; Cristina, com Delfim Moreira e Itajubá, com Wenceslau Brás.” (BARBOSA, 1990, p. 50) Acrescenta-se ainda a essa lista de sequazes de Silviano Brandão: Américo Werneck, em Águas Virtuosas; Bueno Paiva, em Jaguari; João Luis Alves, em Campanha; e Francisco Bressane; em São Gonçalo do Sapucaí. Compondo um agrupamento numeroso, influente e organizado.

No entanto, esses atores não eram identificados com o republicanismo. Ao contrário, os principais aliados de Silviano Brandão eram todos “republicanos de véspera”, isto é, políticos monarquistas que se converteram tardiamente ao republicanismo.⁴ Exceção feita a Américo Werneck e Francisco Bressane, que militaram nos periódicos de propaganda republicana por mais tempo.

Esses dois últimos personagens pertenciam a uma corrente identificada com o “republicanismo histórico” sediada na região, principalmente nos municípios de Campanha e São Gonçalo do Sapucaí, desde o início da década de 1870. Seus principais representantes eram Francisco Honório Ferreira Brandão, Manuel de

³ As doze novas cidades criadas foram: Jacutinga, Guaranésia, São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), Caxambu, Itaúna, Santa Rita da Extrema (Extrema), Vila Nova de Resende (Nova Resende), Vila Platina (Ituiutaba), Campos Gerais, Águas Virtuosas (Lambari), Santa Quitéria (Esmeraldas) e Silvestre Ferraz (Carmo de Minas).

⁴ Na região de Itajubá, Delfim Moreira criou um *Club Republicano* apenas em 25 de dezembro de 1887, do qual não participou Wenceslau Brás porque seu pai era líder do Partido Conservador local (Cf. *A Verdade*, 27 de janeiro de 1888. *Club Republicano*. p. 2). Já os primos de Silviano Brandão, Júlio Bueno Brandão e Bueno Paiva, só se converteram ao republicanismo em 1888 (Cf. *Gazeta de Ouro Fino*, 11 de setembro de 1894. Ao Ilustre Deputado Júlio Bueno Brandão. p. 1).

Oliveira Andrade, Lúcio Menezes Drumond Furtado de Mendonça, Martiniano da Silva Reis Brandão e João Bressane, além dos já mencionados Francisco Bressane e Américo Werneck. Esse agrupamento esteve envolvido na produção de periódicos republicanos que criticavam a instituição monárquica, morosa em adequar-se às transformações sociais em andamento. Mas, marginalizados politicamente, ficaram condenados à oposição.

Assim, em fins do Império e início da República, duas posturas principais eram encontradas no seio da elite sul-mineira: existiam os *republicanos históricos* e os *republicanos de véspera*. Os primeiros ansiavam pela queda da monarquia e acreditavam que concluída a Proclamação o país sofreria mudanças radicais em sua organização e eles, enfim, teriam voz e vez no novo governo. Dessa forma, vislumbraram maiores opções políticas e formularam estratégias para participar efetivamente do mesmo. Por outro lado, as porções da elite que permaneceram monarquistas até as vésperas da proclamação republicana tiveram de aderir ao novo regime e ajeitar seu discurso e suas ideias para continuar em condições de mando e controle político, de modo que também precisaram elaborar diferentes estratégias para garantir sua presença entre aqueles que tomariam as decisões na condução do país.

Ao contrário do que esperavam os republicanos históricos, não foram eles, mas, sim, os antigos monarquistas que ascenderam ao poder nas Minas Gerais depois de proclamada a República, desenvolvendo e assumindo novos discursos e posicionamentos políticos. Assim, foi travada uma disputa dentro do estado de Minas Gerais entre políticos conservadores (antigos monarquistas que aderiram ao novo regime somente com a Proclamação da República) liderados por Silviano Brandão e aqueles republicanos de longa data sediados em Campanha e liderados por Ferreira Brandão. Neste artigo nos dedicamos a analisar tal confronto e seus desdobramentos ao longo da Primeira República para uma porção específica do estado: o Sul de Minas.

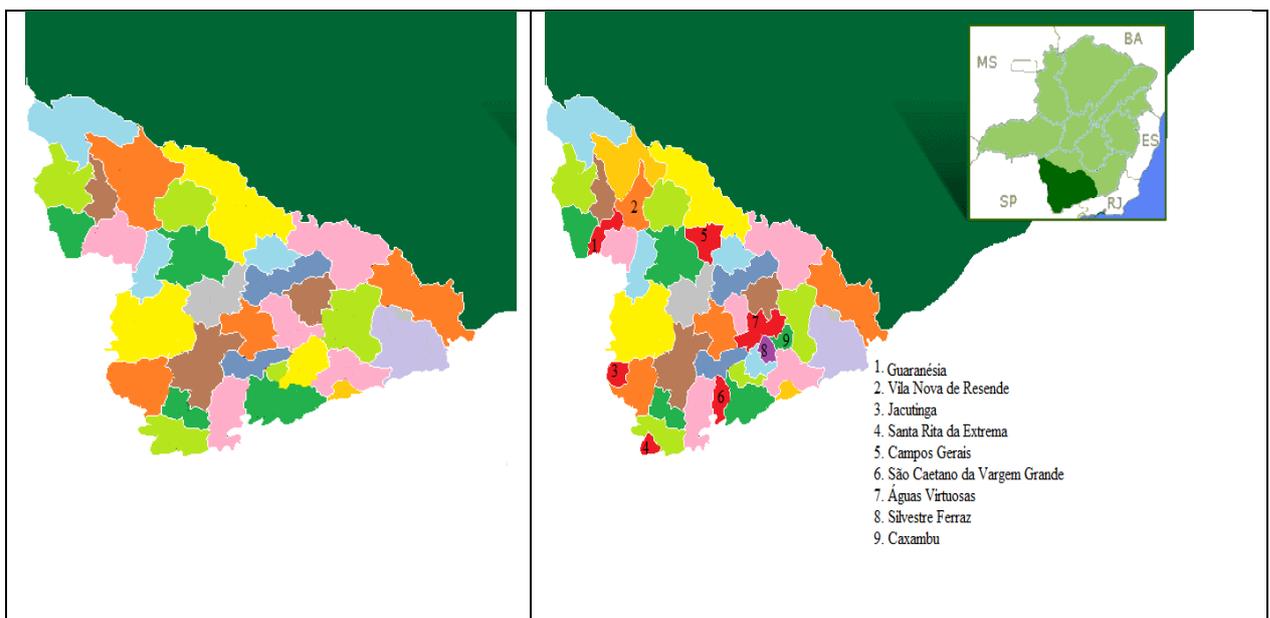
Oposição e situação no governo de Silviano Brandão

Durante a República Velha, no processo de afirmação e consolidação dos coronéis, grande importância tinha o apoio no âmbito local. O Sul de Minas, principal

base silvianista, estava dividido por facções rivais e essas deveriam ser apaziguadas. O ápice da disputa local foi a emancipação de doze novos municípios e temos no caso de Águas Virtuosas um exemplo esclarecedor. Ali Silviano Brandão conseguiu fragmentar o poder opositor de Campanha e criar um novo “curral” para si e seus aliados.

Com efeito, a criação do município de Águas Virtuosas foi um caso emblemático da política silvianista. Nesse lugarejo o número de eleitores aumentou mais de 400% em apenas um ano, de acordo com as autoridades responsáveis pela fiscalização eleitoral (A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. As Eleições. p. 1). A multiplicação de eleitores permitiu a criação do novo município comandado por políticos subservientes a Silviano Brandão e, ao mesmo tempo, diminuiu a representatividade de Campanha, cidade que sediava a oposição ao governo na região. Nesse processo destaca-se a coincidência de interesses políticos entre uma das facções locais e a cúpula do governo estadual. A aliança entre o governo estadual e o coronel que possuía maior número de votos era uma manobra eleitoreira que garantia apoio ao coronel no âmbito estadual e silenciava a oposição ao governo estadual no interior. (LEAL, 1949, p. 47-52)

Mapa 1 - Mapas comparativos dos municípios Sul-Mineiros em 1900 e 1901



Mapas desenvolvidos a partir de: www.conectcompocos.com.br/adismig/mapageral

Neste artigo nos detemos na disputa eleitoral para Agente Executivo do município de Campanha de 1900 e na criação do novo município de Águas Virtuosas, em 1901, atentando para o processo interno de alijamento e degola do grupo opositor ao silvianismo. No processo de emancipação do município de Águas Virtuosas podemos identificar a existência de um grupo com estreitas relações com o silvianismo, capitaneados por Américo Werneck⁵, e, de outro lado, um grupo resistente ao silvianismo, liderado por Ferreira Brandão, antiga liderança republicana histórica.

A condição de opositor durante a República Velha já foi tema de alguns autores que ressaltaram a dificuldade de enfrentar os interesses dos situacionistas em um regime viciado e facilmente manipulado, no qual todas as prerrogativas favoreciam a “situação”, enquanto a “oposição” era perseguida e sufocada. (LEAL, 1949; LESSA, 1988; QUEIROZ, 2006; RESENDE, 1982)

Segundo Victor Nunes Leal, nem todos os coronéis eram aliados do oficialismo estadual e por vezes se encontravam na oposição. Mas a situação de opositor, no âmbito municipal, era tão desconfortável que a regra recomendava que ficassem na oposição somente aqueles que não puderam ficar com o governo. Leal observa que as correntes políticas municipais se “digladiavam com ódio mortal”, mas comumente cada uma delas pretendia, tão-somente, obter as preferências do governo estadual. “Não se batiam para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governistas”, mas se batiam para disputar entre si o privilégio de apoiar o governo e nele poder se amparar. (LEAL, 1949, p. 45-46)

De acordo com o mesmo autor, o maior mal que poderia acontecer a um chefe político municipal era ter o governo do estado como adversário. Por isso, buscava o seu apoio ardorosamente. Nesse cenário, as eleições municipais constituíam peijas extremamente aguerridas, justamente porque era pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local se credenciava às preferências da situação estadual. Isso se dava porque ao governo estadual interessava apenas, nas eleições estaduais e federais, que se

⁵ Américo Werneck foi um republicano histórico que recentemente aderira ao silvianismo, assumindo a Prefeitura da Cidade de Minas, atual Belo Horizonte, e a Secretária de Agricultura. Como membro do governo enfrentaria seus antigos aliados do Sul de Minas. Sobre a trajetória de Américo Werneck e sua adesão ao silvianismo, ver Castilho (2012).

seguissem o maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência. Assim, apoiavam aquele que provasse, por meio das eleições municipais, que possuía o maior número de votos, os quais poderiam ser direcionados para a situação num pleito futuro. (LEAL, 1949, p. 47-52) Em outras palavras, a fraude quanto ao número de eleitores era “premiada” com o apoio do governo estadual.

Maria Isaura Queiroz assinala que durante a República Velha era fundamental para os coronéis permanecerem na “situação”, uma vez que as relações sociopolíticas eram regidas pela reciprocidade dentro dos agrupamentos locais. Se o coronel era da “situação”, seus apaniguados tinham liberdade de ação para fazerem o que quisessem e seriam agraciados com toda ordem de favores que precisassem do governo. Mas se o coronel se encontrasse na “oposição”, era como se a “maldição se tivesse abatido sobre ele e sua gente”. Conforme a autora, o coronel em oposição seria “perseguido, maltratado e aprisionado.” (QUEIROZ, 2006, p. 182) Para o apaniguado nada melhor do que o seu coronel ficar com a “situação”, a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua condição.

Como aponta Nunes Leal, quando o município dividia-se em distritos, era provável que um ou mais distritos escapassem da influência de um único coronel, que era o chefe político municipal. Se um só coronel fosse dono de um distrito inteiro, a sua hegemonia social e política seria incontestável naquela circunscrição, o mesmo ocorrendo em relação a todo o município, quando fosse o caso. Havendo, porém, como é regra, vários fazendeiros em cada distrito e número bem maior em cada município, seria natural que, espontaneamente, agrupassem-se em mais de uma corrente partidária, atendendo aos diversos fatores que determinam as ligações políticas municipais. (LEAL, 1949, p. 53-55) Essa condição é observada no município de Campanha, que em 1900 era dividido em três zonas eleitorais: a primeira era a parte central da cidade, a segunda era o distrito de Águas Virtuosas e a terceira era o distrito de Lambari. Salientamos que a sede urbana da cidade permaneceu oposicionista, enquanto a facção localizada nos dois distritos abraçou o silvianismo.

Com base nos periódicos locais verificamos como o grupo liderado por Américo Werneck e ligado a Silviano Brandão, sediado no distrito de Águas

Virtuosas, superou o grupo de Ferreira Brandão, sediado no distrito urbano de Campanha. A vitória nas urnas, através de mecanismo de fraude desafortada, aproximou Werneck de Silviano Brandão, culminando na emancipação do distrito de Águas Virtuosas. Ao mesmo tempo significou a *débâcle* de Campanha, município outrora prestigiado e bem representado nas esferas políticas que, uma vez na oposição, teve seu poderio reduzido com o esfacelamento de seu território e a redução de seu eleitorado.

Dessa forma, “situação” e “oposição” constituíam divisão política muito mais importante do que qualquer ideologia partidária, persistindo de alto a baixo nos níveis de poder – federal, estadual e municipal.

A disputa eleitoral para Agente Executivo de Campanha

Apesar de seu amplo domínio imposto em todo estado de Minas Gerais a partir da criação do novo PRM (RESENDE, 1982), Silviano Brandão ainda encontrava alguma oposição, em especial nas facções ligadas ao antigo republicanismo histórico que, em ostracismo desde 1892, aplacavam a sua ira em periódicos oposicionistas (VISCARDI, 2001).

No município de Campanha, o antigo grupo separatista ainda perdurava fazendo oposição ao governo e como pretendia participar das eleições à Câmara Municipal ao final do ano de 1900 criou um periódico, *A Campanha*, que faria sua propaganda e combateria os candidatos da situação.

O periódico *A Campanha* era gerenciado por João Batista de Mello e tinha como editor Francisco Honório Ferreira Brandão, antigo líder republicano histórico. Compunham o grupo de colaboradores o também republicano histórico Brás Cesarino e dois membros da nova geração, Leonel Filho, filho de Leonel de Rezende Alvim, e Brandão Filho, primogênito do próprio Ferreira Brandão, que buscava ascensão política com o apoio dos aliados de seu pai. Por outro lado, em Águas Virtuosas, um grupo conhecido como os *aquáticos*⁶ reunia-se em torno de *A Peleja*, periódico ostensivamente governista, e tinha como protagonista Américo Werneck, político recém-elevado ao cargo de Secretário da Agricultura no governo

⁶ A alcunha *aquáticos* era a forma como o grupo de Américo Werneck referia-se aos visitantes que se hospedavam na estância balneária de Águas Virtuosas. No entanto, passou a ser utilizada por seus rivais políticos sediados em Campanha com uma conotação difamatória.

Silviano Brandão (CASTILHO, 2012). No período em análise, 1898 a 1906, as duas folhas envolveram-se em diversas polêmicas disputando o poder local.

O grupo de *A Campanha* concentrou suas forças em resistir à ascensão do grupo dos *aquáticos*, que representava o braço intervencionista do silvianismo na região. A principal batalha travou-se em torno da disputa da Agência Executiva do Município de Campanha, uma das principais câmaras municipais do Sul de Minas.

O periódico *A Campanha* foi colocado em circulação a partir de setembro de 1900 e em suas páginas encontramos a reprodução de inúmeros artigos enaltecendo a figura de Francisco Honório Ferreira Brandão Filho, primogênito do republicano histórico Ferreira Brandão e deputado estadual (A CAMPANHA, Dr. Brandão Filho, 22 de setembro de 1900. p. 1; *A Campanha*, Galeria Política: Brandão Filho, 22 de setembro de 1900. p. 3). Nesses artigos Brandão Filho é apresentado como forte liderança no Congresso Mineiro e rasgos de elogios são feitos à sua cultura e à sua inteligência política.

Os descomedidos elogios a Brandão Filho reproduzidos constantemente nas páginas de *A Campanha* justificam-se pela aproximação das eleições para o cargo de Agente Executivo do município para o qual o grupo sediado em Campanha tinha a pretensão de elegê-lo. O ocupante do cargo, João Luís Alves, desagradava a oligarquia municipal por seus laços com a facção dos *aquáticos* e decidiram eleger o filho de Ferreira Brandão, que trazia consigo a força política de seu pai.

Apesar da aceitação no âmbito local, no cenário estadual a posição do grupo de Brandão Filho não era boa. A ascensão de Silviano Brandão ao governo do estado obrigava um reequilíbrio de forças no âmbito local e a Câmara de Campanha ganhou relevância porque a cidade era uma das principais do Sul de Minas e não poderia ficar nas mãos de opositores ao silvianismo. E, para tanto, o grupo dos *aquáticos* se mostrava mais alinhado à nova organização imposta por Silviano. Fora o apoio que recebia no distrito sede de Campanha, Brandão Filho contava apenas com a adesão da oposição silvianista localizada em Belo Horizonte. Dessa forma, os periódicos que circulavam na capital e que também eram avessos ao silvianismo, como o *Diário de Minas* e *O Jornal do Povo*, participaram da campanha pró-Brandão Filho.

A importância conferida à eleição de Campanha é um aspecto que deve ser ressaltado, o evento passou a ganhar espaço nos periódicos da capital pois a

oposição ao silvianismo precisava de aliados no interior do estado (DIÁRIO DE MINAS, Galeria Política: Brandão Filho apud *A Campanha*, 22 de setembro de 1900. p. 3).

Embora majorassem artigos pró-Brandão Filho nas páginas de *A Campanha*, uma outra facção política instalada no Sul de Minas tinha plano diverso para a eleição a Agente Executivo do município. João Bráulio de Moinhos Vilhena Jr., filho de tradicional família da região⁷, pretendia lançar-se candidato e já contava com apoio do grupo sediado em Águas Virtuosas. Como a disputa aberta não era conveniente ou tampouco praticada no período, buscou-se uma posição de conciliação, no entanto, falseada e antecipadamente preparada para enfraquecer a candidatura de Brandão Filho.

A iniciativa das negociações para compor a chapa que concorreria à Agência Executiva de Campanha foi tomada pelos silvianistas sediados em Águas Virtuosas. Em carta publicada por Ferreira Brandão em *A Campanha*, em 18 de outubro de 1900, tomamos conhecimento dos bastidores do início da celeuma política que se arrastaria por algum tempo. De acordo Ferreira Brandão, membros do grupo dos silvianistas procuraram-no para formar uma chapa de conciliação em Campanha, indicando-o para Agente Executivo. A iniciativa contundente colocava o antigo líder republicano em posição delicada: aceitar as imposições desse novo grupo organizado em Águas Virtuosas ou manter lealdade a antigos aliados da sede do município e sustentar a indicação de seu filho a Agente Executivo? Francisco Brandão optou pela segunda opção e descartou a oferta dos aquáticos, vendo na proposta um jogo para retirar o nome de seu filho da disputa:

[...] Disse-me o Sr. dr. Bráulio que vinha a mim como mediador para o fim de evitar uma cisão no nosso partido, e perguntou-me em que condições seria possível efetuar-se um acordo por todos almejados.

[...]

Insinuou-me ele que alguns amigos queriam apresentar a sua candidatura, mas que nenhuma lhe parecia mais acertada do que a minha: - *honraria que declinei in limine*; pois já sabia que o que se tramava era a exclusão acintosa do meu filho, natural e legitimamente indicado para aquele cargo.

⁷ Circulava entre os periódicos locais a anedota de que os varões da família Moinhos de Vilhena já nasciam de toga. As folhas alinhadas politicamente a Bráulio Jr reproduziam constantes elogios a seu pai, seus tios e seus avós, todos magistrados.

Inda eu sabia mais: - sabia que o exmo. Sr. dr. Wenceslau Brás passara telegramas insistindo por um acordo que evitasse a cisão, e desconfiava que a intervenção do Sr. dr. Bráulio tinha por fim poderem os seus amigos dizer ao Secretário do Interior que tudo tinham feito para contentá-lo, pondo do meu lado todos os agravos.

Entretanto, postei-me à comédia, apenas notando que devia quem fez a proposta apresentar as bases do acordo, não eu.

Concordes nesse ponto, o Sr. dr. Bráulio e seu cunhado saíram a conferenciar com os seus amigos, e voltaram trazendo-me uma lista com o meu nome para Agente Executivo e com todos (!) os onze nomes dos cidadãos que deveriam compor a câmara, e dizendo-me que faziam questão do meu nome!

Nem li mais os nomes dos ilustres candidatos à vereança; percebi imediatamente o manejo: - aceitar eu tal imposição, era desmoralizar-me e desmoralizar o meu filho; - recusar, era, não só fornecer aos adversários ocasião de proclamarem *urbi et orbi* que eu recusara *presumptoriamente* todo acordo, como ao exmo. Sr. dr. João Bráulio abrir a porta para o sacrifício de aceitar o cargo de Agente Executivo com que pretendiam crucificá-lo as influências do município

Quis dá aos meus adversários esse duplo prazer: - recusei imediata e peremptoriamente. Fiz mais ainda: - para tornar bem saboroso aquele prazer, pondo do meu lado todas as culpas da cisão, declarei que só faria acordo sob a base da agência executiva para meu filho e de maioria que na câmara o apoiasse.

Creio que não se pode ser mais generoso. [...].

Campanha, 15 de outubro de 1900. Dr. Francisco H. F. Brandão. (A CAMPANHA, Sobre o acordo, 18 de outubro de 1900. p. 2).

Destacamos nesta carta a intromissão do poder estadual objetivando decidir as disputas que poderiam haver no município antes do pleito eleitoral, medida comumente adotada nos âmbitos de maior esfera, estadual e federal. (VISCARDI, 2001) A mando de Silviano Brandão, seu secretário do interior, Wenceslau Brás buscou conciliar as bases sul-mineiras garantindo a coesão local. A resposta negativa, estampada na imprensa de maneira provocativa, abria a disputa pela Agência Executiva e significaria completo alijamento político para Francisco Brandão e seus aliados.

Sem acordo prévio, a eleição para Agente Executivo de Campanha seria travada ferozmente pelos dois grupos, embora alguns de seus membros com maior participação na política local já haviam estado lado a lado contra o próprio Silviano Brandão.

A primeira grande polêmica na disputa eleitoral a Agente Executivo de Campanha do ano de 1900 formou-se em torno da questão do número de eleitores que cada distrito possuía. Com efeito, o número de eleitores que cada facção

“possuía” constituía o principal fator de disputa da República Velha. A comprovação de possuir a maioria eleitoral credenciava a facção local a compor forças com a oligarquia estadual e federal. (LEAL, 1949, p. 49)

A zona eleitoral da cidade de Campanha⁸, segundo recenseamento do *Almanack* do município, apontava uma população de 10.941 habitantes e na última eleição para vereadores a lista de eleitores contabilizava 947 votantes. No entanto, os silvianistas contestaram esse valor, considerando-o excessivo. Com protesto firmado diante do Juiz de Paz, tentaram reduzir o número de eleitores para 445 apenas (A CAMPANHA, Ao eleitorado de Águas Virtuosas, 18 de outubro de 1900).

Já a zona eleitoral localizada no distrito de Águas Virtuosas, segundo o mesmo recenseamento, possuía uma população de 2.517 habitantes, sendo 1.256 homens e 1.261 mulheres. Mas os silvianistas apresentaram a cifra fantástica de 806 eleitores, causando revolta nos editores de *A Campanha*. Na eleição anterior, em 1898, o número de eleitores de Águas Virtuosas fora de apenas 411 e de Lambari, 294 (A CAMPANHA, A fraude desmascarada, 08 de novembro de 1900). De acordo com José Murilo de Carvalho, durante a República Velha o número de eleitores não ultrapassava a margem de 2% da população (CARVALHO, 2001), os números de Águas Virtuosas ultrapassam em muito esse marco, chegando a 32%.

Os editores de *A Campanha* se inflamaram com esse número. A questão era óbvia: como num distrito com uma população exígua de pouco mais de 2 mil habitantes, inclusive mulheres, crianças e analfabetos, poderia haver 806 eleitores? Os silvianistas se esquivavam da questão alegando que o eleitorado do distrito de Águas Virtuosas havia aumentado porque foram nele acrescidos os trabalhadores da Estrada de Ferro Muzambinho em construção e a população do Núcleo Colonial Nova Baden⁹, argumentos que Ferreira Brandão e os seus aliados desacreditavam e consideravam ilegais. Diante do eleitoral improvável do distrito de Águas Virtuosas, os editores de *A Campanha* apelaram à autoridade do Secretário da Agricultura, Américo Werneck:

⁸ Como vimos, o município de Campanha estava dividido em três distritos: a sede da cidade e os distritos de Águas Virtuosas e Lambari.

⁹ O primeiro recenseamento desse Núcleo Colonial ocorreu em 1902, quando o mesmo contava apenas 111 moradores, entre homens, mulheres e crianças. A maior população registrada foi no ano de 1913, contando 422 habitantes. (CASTILHO, 2011. p. 75)

Chamamos para o fato a atenção do Ilustre fundador dessa colônia, o Exmo. Dr. Secretário da Agricultura, alma genuinamente republicana, cujo amor pela instituição não tem desfalecimentos, para que não consinta jamais de que, no local, onde ele quer fazer aparecer trabalhadores, que fertilizem o solo, embelezem os campos, surjam de repente, como que da lanterna mágica de novos Aladinos, legiões de sombras, que desacreditem a República, profanando aquele canto formoso da Nova-Baden, onde se devem fazer ouvir os cânticos de alegria do trabalho e não os ecos das risadas escarminhas dos que forem ali, num dia, atentar impunemente contra a verdade do sufrágio. (A CAMPANHA, 18 de outubro de 1900. Ao eleitorado de Águas Virtuosas, p. 1)

O citado Secretário da Agricultura era o próprio Américo Werneck e fora ele o responsável pela instalação do Núcleo Colonial naquele lugarejo, possuindo ali diversos interesses. Os editores de *A Campanha* apelavam para a atenção de Américo Werneck por se tratar de um antigo correligionário na propaganda republicana e ex-colega na imprensa periódica durante toda a década de 1880, batendo-se pelo regime republicano e por melhoramentos para Minas Gerais em diversos órgãos da imprensa¹⁰. Apelavam para que não permitisse que seu trabalho fosse utilizado politicamente, que fosse íntegro com seus antigos companheiros, não permitindo a reprodução de uma fraude que se tornara corriqueira no novo regime. Mas o principal motivo da evocação do nome de Américo Werneck era fazer uma provocação, uma vez que Werneck se aliara ao silvianismo, negando seu passado de republicano histórico. Seu nome também aparecia constantemente em folhas da capital, onde era costumeiramente atacado por sua mudança de lado político, principalmente nas folhas *O Diário de Minas* e *O Jornal do Povo*.

Diante do número tão improvável de eleitores listados em Águas Virtuosas, Ferreira Brandão pediu vistas das listas eleitorais daquele distrito, mas foi sempre negada a informação pelo Agente Executivo, João Luís Alves, questão que se arrastou na imprensa por alguns meses, sem que o reclamante obtivesse qualquer resposta.

De acordo com as denúncias em *A Campanha*, João Luís Alves ausentava-se seguidamente da cidade para não apresentar os papeis e certidões exigidos pelo grupo de Ferreira Brandão e jamais comprovou o grande número de eleitores de Águas Virtuosas. Com efeito, nos arquivos municipais encontramos relações de

¹⁰ Durante as décadas de 1870 e 1880, Américo Werneck foi editor dos periódicos republicanos *O Colombo* e *A Gazeta Sul-Mineira*.

eleitores bastante anteriores e posteriores a esse episódio. Mas os documentos referentes ao ano de 1900 desapareceram.

Com o poder oficial nas mãos, João Luís Alves tinha total condição de fazer o que quisesse. A oposição não tinha como recorrer às estratégias de multiplicação de votos fantasmas. Não havia qualquer mecanismo que impedisse a corrupção impetrada pelos *aquáticos* apoiados pelo silvianismo. A *Campanha* manifestou seu desânimo, revelando antes da eleição o esgotamento das suas chances de vitória:

Em face de um monstruoso alistamento adrede formado no distrito das Águas Virtuosas à última hora, [...] diante do impenetrável segredo que a respeito desse alistamento guardam o 1º Juiz de Paz daquele distrito, que é o candidato a Agente Executivo do partido (Bráulio Jr.), que nos guerreia e o Diretor da Secretaria da Câmara Municipal desta cidade, que é o atual Agente Executivo (João Luís Alves), que, como é sabido, recebeu nas Águas, de quem podia lhe fazer imposições, a tarefa de aniquilar a legítima influência do chefe de real prestígio desta cidade, - o que poderíamos tentar perante as mesas eleitorais do distrito das Águas para impedir que ali na eleição não se representasse o último ato da comédia burlesca? [...] Consume-se pois, o atentado; confeccionem os nossos adversários, como melhor entenderem, as atas da eleição; multipliquem os votos, já que para isso possuem os ovos da galinha de ouro; empreguem todos os meios que as circunstâncias lhes aconselharem ... que não cantarão, lhes afirmamos, o hino da vitória decisiva e legal. (A CAMPANHA, 1 de novembro de 1900. A eleição de hoje. p. 1)

Os editores de *A Campanha* se julgavam traídos pela deslealdade de João Luís Alves e Bráulio Jr., uma vez que consideravam que os dois indivíduos só cresceram politicamente sob a “generosa sombra” de Ferreira Brandão. O periódico publicou em suas páginas diversos trechos de discursos e correspondências em que os dois desafetos agradeciam e engrandeciam o nome do republicano histórico.

Em seus editoriais enumeraram as faltas de João Luís Alves¹¹, considerando-o o maior traidor, uma vez que fechara a Câmara Municipal, escondendo lista de

¹¹ João Luís Alves mudara-se para o Sul de Minas em 1890, depois de formar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em Campanha desempenharia os cargos de Promotor Público, Juiz de Municipal e de Órfãos e Agente Executivo da Câmara Municipal (cargos que exercia quando presidiu a mencionada reunião). Depois de 1900 elegeu-se Deputado Estadual, Federal e Senador de forma consecutiva, apoiado no forte grupo político de Silviano Brandão e tornou-se um dos principais delegados do silvianismo no interior do estado. Alves foi Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Arthur Bernardes e Ministro do Supremo Tribunal Federal no governo de Washington Luís. Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH / 1897-1997. Ver também: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 08 mai. 2014.

eleitores e impedindo que Ferreira Brandão se defendesse da armadilha dos silvianistas de Águas Virtuosas. Ressaltaram que João Luís Alves só chegara à Presidência da Câmara com apoio de Ferreira Bandão e seu grupo. Alves era apontado como principal responsável pelas fraudes impetradas e, conseqüentemente, responsável pelo resultado das eleições. (A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Natural indignação. p. 1)

Mas a principal falta de João Luís Alves teria sido organizar e presidir uma sessão com número insuficiente de vereadores e, a surdina, realizar alterações na composição das seções eleitorais reduzindo as seções de Campanha de 5 para 3 e ampliando as seções de Águas Virtuosas de 2 para 5. (A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. A fraude desmascarada. p. 1-2)

João Luís Alves realizou esta alteração porque se aproveitou das anormalidades que havia na legislação que regulava o processo eleitoral do período – a Lei n. de 26 de janeiro de 1892 (RESENDE, 1982, p. 191-193). Cabia ao Agente Executivo e a mais quatro vereadores o papel de dividir o município em seções eleitorais. Esses também eram responsáveis em nomear uma comissão com quatro nomes encarregados de alistar os eleitores e dividi-los entre as seções. A cada eleição o município era obrigado a realizar um novo alistamento – o que raramente era feito – sendo as eleições muitas vezes realizadas com listas que datavam mais de dez anos. Os nomes dos eleitores alistados eram preenchidos em livros que, das mãos do presidente da comissão de alistamento, seguiam para as do Agente Executivo e destas, em duas cópias, para o governador do estado e para o juiz seccional. Evidentemente, o uso de alistamento realizado sob o crivo da situação política municipal dava margem para irregularidades de toda ordem, permitindo, por exemplo, a não-exclusão de eleitores que haviam mudado de residência ou município e inclusive dos que já haviam falecido. O processo de escolha dos locais de funcionamento das seções eleitorais também estava sujeito às conveniências políticas e o Agente Executivo decidia onde seriam instaladas as seções. (FAQUIM, 2007, p. 61-62)

O grupo de *A Campanha*, vendo as chances de vitória escaparem, anteviu a possibilidade de recorrer à justiça para garantir a legalidade nas eleições municipais e na véspera da eleição publicou um editorial exaltando a magistratura estadual. O grupo afirmava seguir calmo e sereno e não temer as falcatruas cometidas ao

arrepio da lei, pois confiava no Judiciário estadual (A CAMPANHA, 1 de novembro de 1900. A eleição de hoje. p. 1). A ameaça de recorrer à justiça ainda teria enorme repercussão na imprensa periódica local.

Nesse cenário de acusações, desentendimentos e ameaças ocorreram as eleições para Agente Executivo de Campanha em 1º de novembro de 1900.

A eleição do dia 1º de novembro de 1900

Como assinala Faquim, com base nos registros no *Annaes* do Congresso Federal, o dia de eleições na República Velha era um dia distinto, perigoso e assustador:

As ruas, muitas vezes desertas em plena luz do dia nas horas de eleição, se transformavam num lugar perigoso para o pequeno público votante. Mesmo na capital federal em seções sediadas em prédios públicos havia a possibilidade de rompantes de violência. A legislação que instruíra o processo eleitoral proibia a presença de qualquer força pública no interior dos edifícios em que ocorriam as eleições e se quer nas imediações das seções eleitorais no dia do pleito. No entanto, a mesma medida que ilustrativamente visava restringir a ação de grupos políticos desdobrados na polícia, na prática acabava por converter os locais onde se situavam as seções eleitorais em uma potencial zona de risco. Bandos de desordeiros armados – gente acostumada a servir e receber – tinham, desta forma livre e despreocupado trânsito pela cidade. Os principais jornais dos grandes centros se prontificavam em receber e divulgar denúncias de abusos e crimes cometidos nas mais diversas regiões do país. (FAQUIM, 2007, p. 60)

José Murilo de Carvalho considera que além de “inútil” era extremamente perigoso exercer o direito do voto. As eleições eram marcadas pela presença de capoeiras e capangas contratados pelos candidatos para garantir o resultado, processo comum no Império que se agravou durante a Primeira República. (CARVALHO, 2009, p. 87-88) A presença de bandos de capangas é encontrada em relatos que dão conta de suas ações nas capitais e grandes cidades do país, mas também no interior, onde o mando dos coronéis era exacerbado e o domínio por meio da ameaça e violência física era frequente.

A atuação de bandos e de outros mecanismos também se observou nas eleições para Agente Executivo de Campanha, que foram decididas com ampla

margem de vantagem para João Bráulio Jr. No simulacro das eleições municipais no ano de 1900, dos 1.134 votos dos distritos de Águas Virtuosas (806) e Lambari (328), 1007 votos apurados foram para Bráulio Jr. e apenas 3 para Brandão Filho. Outros 127 eleitores deixaram de comparecer às urnas (A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. As Eleições. p. 1).

Enquanto isso, na zona eleitoral da cidade de Campanha, dos 947 eleitores alistados, 575 comparecem às urnas, conferindo uma maioria de 520 votos para Brandão Filho sobre 55 de Bráulio Jr. Mas a vitória foi insuficiente para reverter o resultado nos outros dois distritos, permanecendo uma diferença de 539 votos pró-Bráulio Jr.

Os editores de *A Campanha* destacaram o papel decisivo dos distritos de Águas Virtuosas e Lambari na eleição através de uma série vastíssima de abusos criminosos e de atos ilícitos a que recorreram os silvianistas. Bráulio Jr. e seus aliados impediram qualquer fiscalização do pleito, repeliram os fiscais e afugentaram os eleitores de Brandão Filho por meio de toda sorte de ameaças (A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Natural indignação. p. 1).

Observou-se no pleito do dia primeiro de novembro de 1900 uma sequência de fraudes, abusos e desrespeitos à lei. Teve destaque, além do número fantástico de eleitores apresentados, a intimidação de fiscais. A fiscalização foi facilmente burlada e intimidada pelos capangas da facção silvianista e a violência foi aplicada contra fiscais e eleitores mais insistentes.

A primeira tentativa de fiscalização foi convidar grandes nomes da política estadual para comparecer às mesas eleitorais nos distritos onde a fraude já era esperada. Os correligionários de Brandão Filho enviaram carta a Francisco Sales¹² pedindo a sua presença como fiscal nas mesas eleitorais de Águas Virtuosas e de Lambari, prevendo os acontecimentos naqueles distritos. A carta que apelava para a presença de Francisco Sales era datada de 12 dias antes das eleições e dizia que o político já se encontrava na localidade. No entanto, lamentaram que Francisco Sales retirou-se de Águas Virtuosas na madrugada do dia da eleição, não atendendo à sua solicitação. *A Campanha* reproduziu a carta que enaltecia o currículo republicano de

¹² Francisco Sales, liderança sul-mineira desde os tempos do Império, se elegeria Presidente de Minas em 1902 e senador em 1906, sua principal base política, os salistas, estava sediada no município de Lavras (VISCARDI, 2001).

Francisco Sales e clamava por ajuda (A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Previsão realizada. p. 1).

Com a ausência de Francisco Sales, a solução foi tentar fazer a fiscalização com seus próprios correligionários, como previa o art. 195, §1º da Lei Eleitoral. O candidato Brandão Filho constituiu fiscais junto a todas as mesas eleitorais dos distritos de Águas Virtuosas e Lambari. Mas o resultado dessa tentativa não surtiu qualquer efeito devido a uma manobra comum na política dos coronéis da República Velha.

Quanto as sessões 1ª, 2ª, 3ª e 4ª do distrito de Águas Virtuosas, quando os nossos fiscais entraram às 9 $\frac{3}{4}$ horas da manhã do dia 31 do mês pp na rua em que ficam situados os dois edifícios designados para o funcionamento dessas sessões, dos mesmos edifícios saíram dois grupos de indivíduos (que neles se achavam reunidos desde pelas 8 horas da manhã), capitaneados pelo dr. J. Bráulio Júnior, o qual, ao encontrar-se, com os nossos fiscais, declarou-lhes que já haviam instalados as mesas, e, em réplica ao nosso amigo Francisco Sizanando da Silva que lhe ponderou que, então, instalara as mesas antes da hora legal, pois todos os relógios da terra marcavam apenas 9 horas e 45 minutos, acrescentou que *disso não duvidava, mas que no seu relógio eram 11 $\frac{1}{2}$ horas é que também isso de horas nada importava, pois o relógio é um maquinismo que pode andar e desandar à vontade de seu dono, sendo essa manobra, no caso, perfeitamente regular e séria!* (A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. Instalação das mesas eleitorais de Águas Virtuosas e de Lambari. p. 1, grifos no original).

Com relação à 5ª sessão, com sede na colônia Nova-Baden, as coisas se passaram pelo mesmo modo: o fiscal, Antônio Eugênio de Paiva, lá chegou ao mesmo tempo em que os mesários, idos de Águas Virtuosas; e estes, apenas desembarcados do *trolly* da linha que os conduziu, declararam ao fiscal que o relógio do mesário João Lisboa Júnior marcava 11 $\frac{1}{2}$ horas e que a mesa já estava instalada e retiram-se na perspectiva de que o fiscal abandonasse o local de pronto. Isso, porém, não sucedeu; e o fiscal, permanecendo no local até a tarde, teve ocasião de assistir à chegada de uma mesa e 5 tamboretas – mobília que serviria para a instalação da mesa supostamente já instalada (A CAMPANHA, 8 de novembro de 1900. Instalação das mesas eleitorais de Águas Virtuosas e de Lambari. p. 1).

Outro fiscal a relatar fraudes na montagem das mesas nos distritos de Águas Virtuosas e Lambari foi Gualberto Cobra, que denunciou que na 1ª seção do distrito de Lambari a intimidação observada nas outras seções evoluiu para a violência. Cobra relatou ter comparecido à 1ª seção do distrito de Lambari como fiscal do candidato Brandão Filho. Chegando ao local, deparou-se com cerca de setenta eleitores acompanhados do Cel. Francisco Carneiro Santiago, chefe do Partido de Brandão Filho naquele distrito. Cobra relata que viu Eustáquio Garção Stockler, cabo eleitoral de Bráulio Jr., diante da grande maioria contrária ao seu partido, correr ao telégrafo e expedir um telegrama para Águas Virtuosas pedindo força, sob pretexto de que a mesa se achava ameaçada.

E, em seguida, ordenou que começasse a chamada que em pouco tempo terminou, pois que os nomes dos nossos eleitores foram saltados e eles constituíam a quase totalidade do eleitorado presente.

Pois bem, encerrada a chamada, foram os nossos amigos avisados de que a capangagem encomendada para Águas se achava preste a chegar e vinha disposta a impedir a fiscalização da apuração da eleição, não recuando mesmo diante do assassinato de nossos amigos.

Em face dessa ameaça, os nossos amigos Cel. Carneiro, Ten. Cel. Mateus Gomes de Paiva e Cap. Augusto de Oliveira Duarte retiraram-se do local, onde, permanecendo eu, assisti efetivamente à chegada dentro em poucos minutos da *capangagem* – em número de 120 a 150 pessoas - que invadiu imediatamente a sala e casa em que funcionava a mesa eleitoral e, logo depois, travou conflito com alguns dos nossos eleitores e amigos que se achavam ainda presentes.

Fui o último a retirar-me, trazendo para esta cidade um dos nossos amigos feridos, e submetendo-o a exame e auto de corpo e de delito, afim de promover, como vou fazê-lo, o respectivo processo.

Eis aí como se passou a farsa eleitoral de Lambari, onde a coragem do dr. E. G. Stockler esteve sempre pronta à violência.

João Gualberto Nogueira Cobra.¹³ (A CAMPANHA, 2 de novembro de 1900).

Maria Isaura Queiroz assinala que a opressão, a violência e as crueldades foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto à troca de favores e benefícios. (QUEIROZ, 2006, p. 179)

¹³ Gualberto Cobra era um influente político de Passos e sua rivalidade com Silviano Brandão provinha do Império quando competiam pelo domínio regional. A disputa política entre as duas facções desencadearia o lamentável episódio conhecido como “toaia do fórum”, analisado por Grilo (2009).

O resultado das eleições, depois de tantas denúncias graves e até confrontos, gerou novo problema: com a vitória dos silvianistas, como seria sua posse, já que a sede do município e prédios públicos estavam localizados no centro de Campanha, local onde eram minoria? Corria-se o risco de novos confrontos e violências? Diante de insinuações feitas por *A Peleja*, periódico silvianista de Águas Virtuosas, os editores de *A Campanha* garantiram a segurança dos adversários, afirmando não usar de violência e nem sequer saberem empregá-la (A CAMPANHA, 15 de novembro de 1900. Natural indignação. p. 1-2).

No dia da posse reuniram-se na sala das sessões da Câmara Municipal autoridades locais e membros dos dois grupos rivais. As discussões acirraram-se entre João Luis Alves, Bráulio Jr. e Leonel Filho por conta de interpretações diversas sobre questões regimentais. O grupo de Brandão Filho optou por abandonar a solenidade temendo a violência, uma vez que fora visto um capanga, de nome José Grillo, esconder na Secretaria da Câmara uma garrucha. Abandonaram o recinto deixando que a junta apuradora, unicamente composta dos políticos de Águas e Lambari, somassem, como melhor entendessem, os votos da sua *gry*, que eram quase todos eles mesmos – os membros da junta (A CAMPANHA, 25 de novembro de 1900. Apuração, p. 1-2).

Derrotado nas eleições e coagido pela violência na posse, o grupo de Ferreira Brandão assistiu as violações alastrarem-se pelo município. O grupo dos silvianistas desbancou a oligarquia local, apossando-se dos principais cargos municipais.

Disposta a combater o braço silvianista no âmbito local, *A Campanha* ganhou um aliado: o *Jornal do Povo*, trincheira de resistência ao governo de Silviano Brandão na capital mineira. Percebendo a força silvianista na região de Campanha, o *Jornal do Povo* mirou suas armas contra o grupo sediado em Águas Virtuosas e por mais de uma vez colocou em questão a ascensão de Américo Werneck e seu grupo apadrinhado pelo Presidente de Estado, Silviano Brandão. *A Campanha* reproduzia os artigos de denúncia. O semanário da capital se referia aos *aquáticos*, braço do silvianismo no Sul de Minas, como “os *larápios de urnas*” e os “sicofantas que estão lambendo as plantas dos senhores Werneck e Silviano”. E questionava se o mesmo grupo teria voz na política se não fosse o fato de bajular os dois políticos (O JORNAL DO POVO, *A Peleja* apud A CAMPANHA, 25 de novembro de 1900. p. 4).

Encerrado o pleito e empossado o novo Agente Executivo e seus vereadores, Ferreira Brandão decidiu cumprir a ameaça de recorrer à justiça questionando os resultados das eleições e todo seu trâmite ilegal. Medida que definitivamente intensificou a animosidade e a troca de acusações entre os dois lados, atingindo níveis de brutalidades e ataques à moral de parte a parte na imprensa periódica.

A 20 de janeiro de 1901, Ferreira Brandão remeteu ao tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais os autos do recurso das decisões da Câmara Municipal sobre o reconhecimento dos poderes do Agente Executivo João Bráulio Moinhos de Vilhena Júnior e de alguns vereadores eleitos. Feito esse procedimento, Ferreira Brandão e seus aliados passaram a questionar na imprensa a lisura do Poder Judiciário estadual, uma vez que o Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça Eleitoral era João Bráulio Moinhos de Vilhena, pai do candidato Bráulio Jr. e qualquer parecer favorável do distinto juiz seria fonte de insinuações de favorecimento dado o impedimento moral do Presidente do Tribunal devido ao grau de parentesco. O grupo de *A Campanha*, derrotado na eleição fraudulenta, pretendia fazer ainda muito barulho na imprensa, atacando, se necessário fosse, a honra de seus rivais, envolvendo inclusive o nome do alto magistrado. Este aleive foi prodigamente utilizado na celeuma política entre os dois periódicos.

Nos primeiros editoriais que abordaram a questão, os editores de *A Campanha* assumiram um discurso extremamente legalista, afirmando confiar na justa interpretação dos magistrados do Estado de Minas. Mas esse apego ao legalismo, tão extremado, não passava de ironia e provocação e nos números seguintes foram publicadas insinuações contra a lisura do Desembargador João Bráulio de Moinhos Vilhena. Ao colocar em questão a reputação do magistrado, a intenção era atingir também moralmente o filho.

Estrategicamente, os editores de *A Campanha* não atacaram de imediato o Desembargador, ao contrário, manifestaram respeito e confiança no Judiciário estadual, insinuando que as suspeitas partiram do próprio grupo de Bráulio Jr., que considerava a posição do alto magistrado garantia de vitória para si.

Amigo que muito prezamos e em que absolutamente confiamos foi em passeio a Águas Virtuosas. Ali, conversando sobre eleições e sobre o nosso recurso com um Sr. Bastos (que pelo nome não perca e nem pela nacionalidade, pois que não é brasileiro) em presença do

sr. Serafim de Vilhena Paiva, este primo e cunhado do Sr. dr. João Bráulio Filho e sobrinho do exmo. Sr, desembargador dr. João Bráulio, teve ocasião de ouvir do tal Sr. Bastos, sem nenhum protesto do Sr. Serafim, que *o nosso recurso estava perdido, era inútil e nada valia, pois que presidida pelo exmo. Sr. dr. Bráulio, pai do agente executivo recorrido, a Relação infalivelmente julgaria a favor deste e contra nós.* Esta mesma desonesta imputação temos ouvido de outros corifeus do partido da fraude, que parecem, ao expedi-la, ecos autorizados dos chefes. (A CAMPANHA, 2 de fevereiro de 1901. Recurso eleitoral. p. 2, grifos no original)

Com o personagem “Bastos”, um estrangeiro, a intenção dos editores era transmitir a ideia de imparcialidade devido ao desinteresse que um estrangeiro pudesse ter na política local. Ainda tentando passar a imagem de confiante no Judiciário tentava dividir hostes silvianistas apontando o braço direito de Bráulio Jr., Serafim Vilhena de Paiva, como principal caluniador. Também estrategicamente saía em defesa do desembargador, conferindo o agravo do insulto ao próprio filho, já que este não repreendia seus aliados indiscretos e maledicentes.

A *Campanha* afirmava estar disposta a aguardar o resultado da demanda e ao mesmo tempo defender a honra dos juízes do estado contra os caluniadores, mas foi o próprio periódico que colocou em questão a lisura do magistrado e em seguida o defendeu, apontando como difamadores os seus rivais. As repetidas insinuações e provocações, enfim, surtiram o efeito esperado e Bráulio Jr. atacou desairosamente os editores de *A Campanha* nas páginas de *A Peleja*¹⁴. Na tréplica, o grupo de Francisco Brandão abriu mão da simulada finura e educação:

Eis que o filho que devia ser o primeiro a bater palmas ao nosso correto procedimento na desafronta à honra do magistrado que não é digno de ter por pai, que nos devia pelo menos ser grato por nos termos desempenhado de um dever que longo tempo esperamos fosse por ele cumprido, - acha-se insultado, zanga-se, arreganha os dentes, despe o paletó, a calça e o colete, arranca a gravata, arregança as mangas, e de tamancos e expectorando a baba há muito tempo contida e fermentada nos escaninhos das suas entranhas, tão esfomeadas de dinheiro como o seu cérebro de são critério e o seu caráter de honestidade, e corre à praça pública que é *A Peleja* de 10 do corrente, em linguagem de *quitandeira* ou de *arlequim em corda bamba*, a xingar-nos em quatro colunas do mais desfrutável, do costumado estilo bombástico e oco, - tendo a mais a

¹⁴ Todas as edições desse periódico foram consumidas pelo tempo e não existe mais em nenhum dos arquivos perscrutados.

fétida emanção das fezes que vomitou pela boca. (A CAMPANHA, 16 de fevereiro de 1901. Troco. p. 1-2, grifos no original)

Com o ataque indecoroso de Bráulio Jr., os editores de *A Campanha* mudaram de tom. Abandonando as insinuações também destratarem seus adversários, inaugurando uma fase de insultos pesados na imprensa. A disputa fora na órbita política ganhava ares de acusações morais e deselegâncias que ultrapassaram esta esfera.

Bráulio Jr, em sua resposta, acusou o grupo de Campanha de formar uma oligarquia de família no município e de monopolizar o mando local há décadas. Acusações que *A Campanha* negou e em seu número seguinte criticou, principalmente, a fama de religioso e carola de Bráulio Jr, em contraponto denunciava seus “pecados” cometidos durante as eleições e o nepotismo de que abusava:

Quanta hipocrisia se esconde na capa daquele rato de sacristia, [...] especulador de crenças que não tem, conciliador manhoso da religião com as praticas mais desonestas [...].

Diga-nos, religioso é *perito*, bestialógico e enfatuado doutor:

Julga, acaso, que isto aqui é alguma roleta? Que o *patequismo* está em acordo com a religião e a moral e a lei? – que o bico da pena é que decreta o dogma? – que furtar votos é coisa diferente de ser gatuno? [...].

Vamos lá: com a sonda na consciência, em face o Cristo, a mão sobre a Bíblia, olhos em seráficas e mística contemplação do céu onde habita o soberano juiz em que diz que acredita e pune o perjúrio, afirme sob juramento, sim? – Jure:

1º - o alistamento de eleitores de Águas Virtuosas é mesmo legítimo e verdadeiro e foi feito no tempo legal?

2º - é mentira que instalou as mesas eleitorais antes da hora legal para evitar a aceitação dos fiscais?

3º - teve mesmo aquele milhar de votos? pode escrever no órgão do seu vômito do dia 10 os nomes dos mil e sete eleitores que sufragaram a *fênix* de Águas Virtuosas? É tempo de o fazer para que não se diga que é, a além de escamoteador, mentiroso. (A CAMPANHA, 16 de fevereiro de 1901. Troco. p. 1-2)

Além de duvidar e até zombar da religiosidade de Bráulio Jr., o termo “roleta” aparece repetidamente para insinuar a existência de jogos de azar que se realizavam em Águas Virtuosas e a participação corriqueira de João Bráulio Jr. e seus aliados na “mesa verde”.

Considerações finais: “A República Canalha” e o esfacelamento da oposição em Campanha

As intrigas e trocas de insultos na imprensa e a disputa local só terminaram com a emancipação de Águas Virtuosas no ano seguinte. Mas nada teve de acaso tal separação. A questão foi absolutamente política, pois era do interesse de Silviano Brandão criar novos municípios na região, multiplicando e garantindo a maioria de suas bases no estado, principalmente no Sul de Minas. Ao mesmo tempo, a oposição encontrada em Campanha justificava a construção de um novo mapa político que sufocasse decisivamente os pontos de resistência.

A emancipação decretada em 16 de setembro de 1901 retirava de Campanha os distritos de Águas Virtuosas e Lambari, reduzindo seu território a menos da metade, esfacelando também sua representatividade política e a importância de suas lideranças municipais. Assim se manifestou *A Campanha* sobre a divisão:

Acaba de ser sancionada e publicada, sob o n. 319, a lei votada este ano pelo Congresso Mineiro - criando o município de Águas Virtuosas, composto do distrito de Conceição do Rio Verde, desagregado do município de Baependi, dos distritos de Lambari e de Águas Virtuosas, desmembrados deste município da Campanha. Quem, alheio completamente às condições especialíssimas do nosso meio social, apenas conhecer superficialmente *de visu* ou de notícia, ignorando-lhes toda via as causas, o extremo abatimento e a acentuada progressiva decadência do nosso município, será necessariamente e com bem boa razão levado a crer que aquele ato do poder legislativo de Minas é, nem mais nem menos, uma sentença de morte definitiva lavrada contra a velha e lendária Campanha. (A CAMPANHA, 4 de outubro de 1901. Antes só... p. 1)

Os editores se ressentiam, pois Campanha fora por muito tempo o principal centro do Sul de Minas, mas ia perdendo sua posição de destaque para outros municípios que se desenvolviam, como Pouso Alegre, Itajubá e Caldas. A nova divisão iria acelerar esse processo. Apesar do enfraquecimento e do abalo impostos ao município, os editores tentavam transmitir a ideia de que a cidade ficaria melhor sem as patifarias do grupo de Águas Virtuosas que estava no poder municipal, mas a nova divisão significava o esvaziamento político e condenava o futuro do município, de passado imponente, agora esvaziado politicamente (A CAMPANHA, 4 de outubro de 1901. Antes só... p. 1)

O grupo de Ferreira Brandão não deixava de apontar a correlação entre o esvaziamento político que o município sofrera e o primeiro ano de mandato de Bráulio Jr., considerando sua administração extremamente prejudicial para Campanha (A CAMPANHA, 22 de dezembro de 1901. Patequices. p. 1).

O enfraquecimento e o esvaziamento político do município de Campanha vieram mais uma vez à tona com a nova divisão eleitoral de 1901. O município deixou de ser a sede do distrito sul-mineiro, em detrimento da cidade de Itajubá, base política de Wenceslau Brás, braço direito de Silviano Brandão. O quinto distrito ficou organizado com 20 municípios, sendo fixada a sede na cidade de Itajubá, enquanto Campanha, que desde o Império havia sediado o distrito eleitoral, via-se pela nova organização privada dessa antiga prerrogativa (A CAMPANHA, 22 de dezembro de 1901. Patequices. p. 1).

A disputa contra o grupo de Águas Virtuosas e as denúncias das práticas políticas do silvianismo na imprensa tiveram seu preço. A cidade sofreu com o esfacelamento territorial e político e ainda teve as portas do poder cerradas. Nas eleições seguintes a deputado estadual o grupo de *A Campanha*, depois de intensa propaganda pró-Leonel Filho, um dos colaboradores do periódico e filho do republicano histórico Leonel de Rezende Alvim, conseguiu elegê-lo com considerável vantagem de votos. Mas o político não chegaria a exercer o cargo.

Depois de apuradas as urnas o resultado foi o seguinte: Leonel Filho: 3.466 votos; Francisco Bressane: 1.824 votos; Bueno Paiva: 1.407 votos; Outros: 447 (A CAMPANHA, 4 de fevereiro de 1906. Eleição Federal. p. 1). Diante dos números, os editores de *A Campanha* celebraram a vitória de seu correligionário. Em um artigo entusiasmado, consagraram a consciência política e a sapiência de seus eleitores, também renderam glórias às qualidades de Leonel Filho, ressaltando os méritos do político. O grupo de Campanha se enlevava com a vitória obtida nas urnas depois de tanto tempo (A CAMPANHA, 4 de fevereiro de 1906. Eleição Federal. p. 1).

No entanto, Leonel Filho não assumiria o cargo, pois seu diploma não foi reconhecido pela Comissão de Verificação do Congresso¹⁵, nas mãos de Silviano

¹⁵ A Comissão de Verificação de Poderes era responsável por reconhecer os diplomas dos deputados eleitos em todo país, mas depois da reforma regimental promovida pelo Presidente Campos Sales, em 1898, ela passou às mãos dos líderes políticos que estavam na situação em cada um dos estados do país e esses reconheciam como válidos somente os diplomas de seus aliados, recusando-se a dar valia aos diplomas dos políticos opositores eleitos em suas regiões. Assim, a Comissão de

Brandão. Com efeito, o preço de permanecer alheio às imposições da hegemonia de Silviano tinha como punição o isolamento absoluto da política estadual. Com a degola de Leonel Filho, os editores de *A Campanha* não pouparam críticas à política do estado e ao falso modelo republicano em vigor. O depoimento transformou-se em desabafo contra a política oligárquica e demais vícios do regime republicano. Causando o pesar dos republicanos históricos que fundaram a folha:

Verdadeiramente enojados, noticiamos que o Sr. dr. Leonel, o único candidato eleito pela vontade livre do eleitorado do 5º distrito federal de Minas, no pleito de 30 de janeiro, foi substituído por um membro do *Bloco*, que não teve o prazer de ser eleito.

A cadeira que os mineiros briosos e independentes confiaram ao Sr. dr. Leonel Filho, foi *escamoteada* pela *caixeirada* do cretino que dirige os negócios mineiros!

Para nós, não foi uma surpresa a perseguição torpe e mesquinha exercida pelo presidente (Francisco) Sales contra o verdadeiro representante do 5º distrito.

Que comédia! Que comediantes!

Já o Sr. Júlio Bueno (Brandão), em um discurso pronunciado em Ouro Fino, um mês antes do 3º *escrutínio*, havia proclamado a derrota do dr. Leonel Filho, aclamando deputado pelo 5º distrito o simpático Sr. dr. Carneiro de Rezende...

Minas, a gloriosa Minas de outros tempos, está, no momento atual, representando o papel mais vergonhoso que imaginar se pode, tudo isso para ser agradável aos baixos e indecentes politíqueiros que, sem prestígio, sem talento e sem... vergonha, cospem na lei Rosa e Silva e *escarram* nos mineiros independentes e honestos!

Os próceres da política mineira, depuraram o Sr. Leonel Filho, mas, não puderam derrotá-lo no pleito de 30 de janeiro.

O Sr. Salles e os seus *caixeiros* devem estar satisfeitiíssimos...

Nós, porém, é que não lhes invejamos mais essa vitória de Pyrrho...

Que gente! Que tempos!

Que República canalha! (A CAMPANHA, 18 de maio de 1906. Comédia Política. p. 2, grifos no original)

Salientamos que concorreram contra Leonel Filho o influente delegado silvianista e ex-prefeito de Belo Horizonte, Francisco Bressane, e Bueno Paiva, primo de Bueno Brandão. Contra tais candidatos, umbilicalmente ligados ao silvianismo e ao salismo, as chances de Leonel eram inexistentes, pois os salistas e viúvinhas dominaram a Comissão Executiva do PRM por todo o período (RESENDE, 1982). Aqui vemos o ocaso definitivo do que restava do grupo dos republicanos

Verificação dos Poderes operava como garantia extra para impedir o acesso de inimigos ao parlamento. (LESSA, 1988)

históricos que permaneceram na oposição à hegemonia sul-mineira. Extremamente desgostosos, sucumbiram diante do arranjo político de Silviano Brandão, vendo diminuir até mesmo o poder político de Campanha, alterando o mapa político do estado com o estrangulamento do município mais antigo e sede tradicional da política sul-mineira.

Por outro lado, destacamos que, em 1898, o grupo formado em Águas Virtuosas, conhecido como os *aquáticos*, foi integrado à hegemonia silvianista desde que encampara a eleição de Silviano Brandão para a Presidência do estado. Seus principais membros desprezaram o período em que defenderam a bandeira do republicanismo histórico ao lado de Ferreira Brandão. A análise da trajetória desses personagens desvela como as alianças eram costuradas de acordo com as necessidades políticas, abdicando-se facilmente de convicções ideológicas. No caso de Águas Virtuosas, Silviano obteve o apoio do grupo dos *aquáticos*, acenando com cargos e favores para a construção da estância balneária no local (CASTILHO, 2012), enquanto a oposição localizada em Campanha foi sufocada. A análise da trajetória do grupo de Américo Werneck corrobora a perspectiva de que a hegemonia de Silviano Brandão esteve disposta a agregar e aglutinar diversas lideranças estaduais, incluindo antigos rivais e opositores, mas aqueles que permaneceram fazendo oposição ao Presidente de estado, caso do grupo leal a Ferreira Brandão, foram punidos com o alijamento político.

FONTES

A Campanha, 1900-1906. Acervo do Museu Regional do Sul de Minas, Campanha, MG.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, F. de A. João Pinheiro e sua liderança em Minas. *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, v. 5, n. 2, mai./ago. 1990.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASTILHO, F. F. A. *Como Esaú e Jacó: as oligarquias sul-mineiras no final do Império e Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP/Franca), 2012.

_____. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

FAQUIN, G. S. *Políticos da nova raça: o Jardim da Infância e a experiência do poder na Primeira República*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

GRILO, A. T. *Tocaia no Fórum: violência e modernidade*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP/Franca), 2009.

LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1949.

LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira*. São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

RESENDE, M. E. L. de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM – 1889-1906*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias, uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

Artigo recebido em 05 de fevereiro de 2014. Aprovado em 12 de junho de 2014.